

Comparando a mobilidade das políticas públicas: processos de urbanização, instâncias repetidas e topologias

Jennifer Robinson

University College London / Department of Geography
Londres / UK

Em resposta à urgência por reformatar métodos urbanos comparativos que proporcionem embasamento para estudos urbanos globais, este artigo se inspira na abordagem da mobilidade de políticas públicas para explorar como a interconexão genética de processos e resultados urbanos pode ser mobilizada metodologicamente para criticar e estender conceitos na teoria urbana por meio da comparação. Quais poderiam ser o escopo e as táticas para uma prática de comparação por meio de conexões, que comecem onde quer que seja e que construam comparações e *insights* analíticos em uma grande diversidade de experiências urbanas? Este artigo explora três maneiras possíveis de levar isso adiante. Em primeiro lugar, traçar uma conexão específica, como uma ligação entre políticas, de um contexto para outro ou entre vários contextos diversos, contribuindo para a compreensão de processos específicos de urbanização. Em segundo lugar, acompanhar as conexões coloca em evidência a grande variedade de processos e resultados em diferentes contextos. No mundo altamente transnacional da política urbana, esse método conecta potencialmente uma ampla variedade de contextos urbanos e chama a atenção para uma multiplicidade de instâncias repetidas de formas urbanas. Finalmente, o artigo considera o potencial para trabalhar com o conjunto de processos transnacionais que moldam resultados de políticas e caminhos de desenvolvimento distintos, à medida que eles se juntam em um lugar específico — para explorar como “o outro lugar” se envolve em caminhos que crescem de forma localizada. Assim, práticas comparativas poderiam seguir a mobilidade de políticas públicas para explorar o potencial de uma imaginação mais topológica de pensamento em diferentes cenários, e trazendo uma diversidade de contextos urbanos para conversas analíticas. Nessa linha, a elaboração de conceitos e entendimentos do urbano pode surgir em qualquer lugar e, talvez, encontrar maior relevância em diferentes situações. Acompanhar as trajetórias da mobilidade das políticas é, portanto, não apenas um caminho para criar novos métodos, mas também potencialmente novos fundamentos para a teorização do urbano.

Palavras-chave: urbanismo comparativo; mobilidade de políticas; instâncias repetidas; espaço topológico.

Policy mobilities as comparison: urbanization processes, repeated instances, topologies

Following on from calls to reformat comparative urban methods to support global urban studies, this paper draws inspiration from policy mobilities to explore how the genetic interconnectedness of urban processes and outcomes can be mobilised methodologically to critique and extend concepts in urban theory through comparison. What might be the scope and tactics for a practice of comparison through connections, which can start anywhere and build comparisons and analytical insights across a very great diversity of urban experiences? This paper explores three possible ways to take this forward. Firstly, *tracing* a specific connection, such as a policy link, from one context to another or across a number of different contexts contributes to understanding specific urbanization processes. Secondly, following connections brings into view the range and variety of processes and outcomes in different contexts. In the highly transnationalised world of urban policy this method potentially links a very wide variety of diverse urban contexts and draws attention to a multiplicity of repeated instances of urban forms. Finally, the paper considers the potential to work with the array of transnational processes shaping distinctive policy outcomes and development paths as they come together in one specific place — to explore *how “elsewhere” is folded in* to localised growth paths. Thus, comparative practices could follow policy mobilities to explore the potential of a more topological imagination of thinking across different contexts, and bringing a diversity of urban contexts into analytical conversation. Along these lines, the invention of concepts and understandings of the urban might emerge anywhere, and perhaps find wider relevance across different situations. Following the

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180126>

Artigo convidado recebido em 9 abr. 2018 e aceito em 25 abr. 2018.

[Versão traduzida]



trajectories of policy mobilities is thus not only a pathway to inventing new methods but also potentially new grounds for theorizing the urban.

Keywords: Comparative urbanism; policy mobilities; repeated instances; topological space.

Movilidad de políticas por comparación: procesos de urbanización, repetición de instancias y topologías

En respuesta a la urgencia de encontrar nuevos formatos de métodos urbanos comparativos que fundamenten los estudios urbanos globales, este artículo se inspira en la movilidad de políticas para explorar cómo la interconexión genética de procesos y resultados urbanos puede mobilizarse metodológicamente para criticar y extender conceptos en la teoría urbana a través de la comparación. ¿Cuáles podrían ser el alcance y las tácticas para una práctica de comparación mediante conexiones, que comiencen dondequiera que sea y que construyan comparaciones e insights analíticos en una gran diversidad de experiencias urbanas? Este artículo explora tres formas posibles de llevar esto adelante. En primer lugar, rastrear una conexión específica, como un enlace de políticas, de un contexto a otro o entre varios contextos diversos, contribuye a comprender procesos de urbanización específicos. En segundo lugar, las conexiones siguientes ponen de manifiesto la gran variedad de procesos y resultados en diferentes contextos. En el mundo altamente transnacionalizado de la política urbana, ese método vincula potencialmente una amplia variedad de contextos urbanos y llama la atención sobre una multiplicidad de instancias repetidas de formas urbanas. En tercer lugar, el artículo considera el potencial para trabajar con la gama de procesos transnacionales que configuran resultados de políticas y vías de desarrollo distintos a medida que se unen en un lugar específico —para explorar cómo “en otro lugar” se combinan a vías de crecimiento localizado—. Así, prácticas comparativas podrían seguir la movilidad de políticas para explorar el potencial de una imaginación más topológica de pensamiento en diferentes escenarios, y llevar una diversidad de contextos urbanos a conversaciones analíticas. En esa línea, la elaboración de conceptos y entendimientos de lo urbano puede surgir en cualquier lugar y, tal vez, encontrar una mayor relevancia en diferentes situaciones. Seguir las trayectorias de la movilidad de políticas es, por lo tanto, no solo un camino para crear nuevos métodos, sino también, potencialmente, nuevos fundamentos para teorizar lo urbano.

Palabras clave: urbanismo comparativo; movilidad de políticas; instancias repetidas; espacio topológico.

O imperativo de pensar o espaço urbano de forma comparativa — “com outros lugares” — reflète alguns dos principais desafios na compreensão da urbanização global. Mas a distinta territorialidade da imaginação comparativa convencional se ajusta de forma inadequada quando são consideradas as complexas, interconectadas e dispersas espacialidades dos territórios urbanos interdependentes, ou os processos de urbanização ampliados (até mesmo planetários), que caracterizam a urbanização contemporânea (Robinson, 2011a). Além disso, preocupações analíticas sobre como a perspectiva e o posicionamento do pesquisador (do original em inglês *positionality*) conduzem os debates teóricos, bem como a consciência — que vigora há tanto tempo — das especificidades de determinados espaços urbanos, cidades, territórios ou montagens transescalares (do original em inglês *transcalar assemblage*) estabelecem uma agenda metodológica formidável. Navegando entre as espacialidades da formação de conceitos e as das realidades urbanas emergentes, a imaginação e o método comparativos precisam de uma reconfiguração significativa, e as mobilidades das políticas públicas (do original em inglês *policy mobilities*) e as conexões entre cidades nos dão pistas importantes sobre como isso pode ser alcançado.

Este artigo apresenta como a interconexão genética dos processos e resultados urbanos — talvez melhor exemplificada pelos fluxos prolíficos associados à formação de políticas urbanas — pode ser mobilizada para criticar e ampliar conceitos na teoria urbana por meio da comparação. A proposta é de que existem bons fundamentos para que comparações façam uso de interconexões a fim de obter entendimentos sobre a urbanização por meio de fortes diferenciações (Robinson, 2016a). Isso tem o potencial de enriquecer as interpretações, atendendo a uma ampla gama de situações urbanas. Ao ampliar a análise comparativa globalmente, trabalhando com as conexões, podem ser geradas com-

preensões produtivas e relevantes sobre a natureza do urbano. Este artigo delineará como as conexões, e especialmente as conexões na forma de mobilidade das políticas, podem ser organizadas para que se obtenha uma imaginação comparativa reformatada.

Estabelecer os “fundamentos” ou justificativas para a comparação nas interconexões entre “cidades” é apenas um ponto de partida para a prática comparativa (Robinson, 2016a, 2016b). Se quisermos ir além do horizonte de uma visão cientificista da causalidade, isolando variáveis para explorar fatores explicativos em diferentes casos, limitando a variação (Steinmetz, 2004), é necessário explorar exatamente como podemos trabalhar com as interessantes, experimentais e talvez inesperadas (Myers, 2014) comparações que emergem, por meio do rastreamento das conexões entre os contextos urbanos. Quais poderiam ser o escopo e as táticas para uma prática comparativa, por meio de conexões, que podem começar em qualquer lugar, e construir comparações e *insights* analíticos entre uma diversidade muito grande de experiências urbanas?

Uma possível tática é determinar uma conexão específica, como uma ligação das políticas públicas de um contexto para outro ou entre contextos diferentes, que revelará elementos dos fluxos e interações que compõem o processo de urbanização como tal (a primeira parte do artigo faz essa consideração), além de trazer à luz a diversidade de processos e resultados em cada cenário. No mundo altamente transnacional da política urbana, esse método tem o potencial de conectar uma ampla variedade de contextos urbanos e de chamar a atenção para uma multiplicidade de instâncias repetidas de formas urbanas específicas. A segunda parte do artigo explora como podemos trabalhar com essa característica dos processos urbanos para construir entendimentos sobre o “urbano”.

Outra tática é prestar muita atenção ao conjunto de processos transnacionais que moldam os resultados das políticas e os caminhos de desenvolvimento distintos, à medida que eles se juntam em um lugar específico, para explorar como “o outro lugar” se envolve em caminhos que crescem de forma localizada (Robinson, 2013, 2016b). Nesse sentido, basear-se em análises sobre a mobilidade das políticas públicas significa responder às formas prolíferas pelas quais as cidades estão conectadas (o que ocorre por meio de uma miríade de fluxos e apropriações), tanto em direções conhecidas como em direções imprevisíveis. Essa perspectiva dá evidências de que é importante ir além do foco materialista no rastreamento de conexões específicas, o que tem impulsionado muito o pensamento “espacial” em estudos urbanos e na análise geográfica (Massey, 2005; McFarlane, 2011). A última parte do artigo observa que as circulações não têm a ver especificamente com percorrer uma distância física ou com seguir conexões que podem ser delineadas. Elas podem ser entendidas de forma mais convincente por meio de explicações topológicas do espaço (Allen, 2016), que nos direcionam a atender as espacialidades específicas atuando na condução de pessoas, ideias e atividades para que estejam em relações mais próximas, ou não (Allen, 2008). Portanto, podemos dedicar maior atenção em como “chegamos” às políticas urbanas do que em como “elas chegam” a algum lugar (Robinson, 2013, 2016c). Nessa linha, a invenção de conceitos e entendimentos do urbano pode emergir de qualquer lugar e ter relevância mais ampla em diferentes situações. Portanto, seguir as trajetórias da mobilidade de políticas é também um caminho para teorizar o urbano.

1. CONEXÕES COMO PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

Na primeira etapa, ao seguir as conexões, evidenciam-se diretamente os caminhos e processos de urbanização — infraestrutura, pessoas, ideias, práticas, fluxos de materiais. Essas conexões dão o traço do urbano; são seus casos. Como a urbanização não diz respeito a territórios limitados, mas sim a) a

uma espacialidade complexa de extensão; b) a concentrações fortemente conectadas; c) assentamentos densos e dispersos; d) paisagens operacionais; e e) a práticas técnicas, sociais e culturais que atingem diferentes tipos de lugares, as inovações metodológicas que vão além de observações em um só lugar são essenciais para determinar e entender essas dinâmicas (McCann e Ward, 2011; Brenner e Schmid, 2015). Para nosso propósito aqui, essa questão junta dois tipos de “pensar com outros lugares” — a necessidade de entender os processos de urbanização intrinsecamente requer que a análise e os métodos se estendam por muitos contextos diferentes; e “provincializar” a urbanização planetária requer que trabalhem com a multiplicidade de tais processos (não simplesmente o capitalismo global, por exemplo) e exploremos comparativamente conexões diferenciadas.

Esse tipo de “pensamento por meio de outros lugares” foi proposto na antropologia, por exemplo, como etnografia “multissituada”, atraindo pesquisadores para determinar a circulação de fenômenos por diversas paisagens onde se apresentam (Marcus, 1995). A própria circulação, ao invés de seu resultado particular, torna-se então o caso em análise. Nos estudos urbanos, o recente surgimento de investigações sobre mobilidade de políticas exemplifica isso (Peck e Theodore, 2015), como análises de paisagens operacionais no âmbito da urbanização estendida (planetária) (Brenner, 2013) — as infraestruturas urbanas que dão a liga à concentração mesmo que se espalhem por todo o globo (gasodutos, postes de eletricidade, rotas de navegação), os circuitos migrantes que ligam pequenas cidades e vilarejos em um campo social (Mitchell, 1987) ou que unem contextos ricos e pobres por meio de um urbanismo diaspórico (Sinatti, 2009; Shatkin, 1998; Theodore, 2007). A urbanização não tem a ver (apenas) com a territorialização, e sua análise é intrínseca à sua capacidade de trabalhar com as muitas linhas diferentes de conexão, espaços de extensão e circuitos de prática que constituem processos de urbanização.

Metodologicamente, Peck e Theodore discutem o “estudo de caso distendido”. Seu título é uma homenagem ao “estudo de caso estendido” de Burawoy (2014), no qual os processos nacionais e internacionais desempenham um papel na “estruturação” dos casos, e seu estudo, portanto, envolve processos nesses âmbitos. Burawoy, em seu estudo de caso na Zâmbia, também discute “comparações conectadas”, referindo-se a comparações de processos que são intrínsecos ao caso, tais como processos de desracionalização, tanto os iniciados por empregadores como os iniciados pelo Estado. Ao propor o estudo de caso “distendido”, Peck e Theodore isolam uma sequência de processos interligados de formação de políticas, estendendo-se por numerosos contextos. Ao longo do caminho, políticas e práticas divergem de suas posições iniciais e o que é móvel é transformado. Os autores destrincham alguns dos desafios desse tipo de trabalho como “a movimentação dentro de redes de políticas cosmopolitas sem se tornar outra criatura dessas redes; dar sentido às ‘melhores práticas’ que se movem com velocidade sem perder de vista a prática prosaica; levar em conta fenômenos como turismo de políticas e feiras de políticas sem sucumbir ao diletantismo explicativo, ou algum tipo de turismo metodológico, [apenas] ‘viajando’ de um lugar para outro” (Peck e Theodore, 2012:25). É claro que é preciso estar em uma determinada fase da vida e da posição institucional para fazer tais movimentações — em instituições com suficientes recursos, é claro, mas também como parte de práticas de desenvolvimento também dotadas de recursos, que oferecem oportunidades de conexão a estudiosos que não estão localizados em regiões centrais.

Seguir as interrupções das conexões pelos territórios e convidar diferentes contextos à reflexão mútua tem sido muito importante nas discussões sobre como trazer as experiências das cidades em contextos moldados por passados socialistas e uma multiplicidade de pós-socialismos para uma conversa analítica mais ampla sobre o urbano. Vários especialistas tentaram trazer para análise essas cidades, que talvez foram marginalizadas duas vezes (uma vez por estudos urbanos com visão oci-

dental e na outra por uma crítica pós-colonial focada no “Sul global”, China e regiões em um contexto de maior pobreza). Parte da dificuldade tem sido a imaginação territorializada do “pós-socialismo” como um conjunto em separado, um “outro” regional demarcado (Tuvikene, 2016). Aqui, traçar as muitas linhas de conexão que vinculam a dinâmica emergente da urbanização nessa região às tendências globais — como investimento imobiliário, desenho urbano, fluxos econômicos, empréstimos obtidos de sistemas políticos mais valorizados (Hirt, 2012; Gentile, 2018) — produz o efeito de des-territorializar o pós-socialismo e oferecer isso como um conceito que pode ser colocado em ação na articulação da “pós-vida” do socialismo, bem como em múltiplas linhas ou novas potencialidades que emergem em continuidade ou oposição em relação ao passado socialista, que varia muito em toda a região considerada (Tuvikene, 2016).

As múltiplas interconexões, que moldam os lugares urbanos, também têm o potencial de evocar novos tipos de objetos de investigação, além das centralidades territorializadas e distintas da forma de cidade convencional. Aqui, o suburbanismo global ou as perspectivas planetárias nos permitem observar emergentes fenômenos/territorializações, que constituem formas desarticuladas de urbanidade, dispersas de maneira desigual, talvez imprevisível, em toda a paisagem da urbanização.

Assim, por exemplo, uma variedade muito grande de locais periféricos ou suburbanos revela e molda os processos de urbanização contemporânea em muitos contextos, mas o fazem em um mundo urbano dinâmico e transnacional, que também reformula a configuração e o significado desses locais. A reflexão, considerando a variedade de lugares suburbanos, enriqueceu os estudos urbanos globais e indica o potencial produtivo das reflexões comparativas (Hamel e Keil, 2016; Harris e Vorms, 2017). Mais do que isso, também precisamos olhar para as interconexões empíricas que colocam os lugares suburbanos em todo o mundo em relação uns com os outros — e que fornecem um excelente exemplo da necessidade de pensar o urbano em outro lugar, de um modo genético.

Keil (2017) reúne algumas das percepções de um projeto comparativo de grande escala (*global suburbanisms*) em algumas proposições evocativas em torno da ideia do “subúrbio global”, que ele sugere ser uma “conectividade multifária” (Keil, 2017:47), levando a “novas assembleias globais que cercam nossas cidades” (Keil, 2017:48), repletas de novas centralidades. Ele liga isso a conceitos emergentes de “urbanização ampliada” (Monte-More, 2013; Brenner e Schmid, 2015) e à famosa hipótese de Lefebvre (1974) de “urbanização completa da sociedade”. Nesse contexto, ele cunha a proposição de que “é hora de botar abaixo a ideia (conceitual) de perfeição” (Keil, 2017:52).

É importante, então, olhar não apenas para o que há dentro das amplas fronteiras da cidade, e observar também sua exterioridade. Isso chama nossa atenção para os muitos processos de tomada de poder que moldam a urbanização, e que são tão relevantes para os acadêmicos que trabalham no contexto dos países mais pobres — considerando, por exemplo, agências internacionais, organizações doadoras, credores soberanos. Assim, a política dos circuitos transnacionais requer atenção cuidadosa. Aqui temos os modelos de “mobilidade de políticas” a serem desenhados, assim como os ritmos e as cadências das economias globalizadas e liberalizantes, digamos, nos circuitos financeiros e de informação, que impulsionam os *clusters* clássicos de serviços avançados de produção (Bassens e Van Meeteren, 2015). Esses circuitos não são, de maneira alguma, uniformes — e a ação de delimitar conexões, explicando os processos de urbanização, deve necessariamente abordar a diferenciação de práticas móveis, fluxos de investimento ou conexões materiais. Esse desafio também se aplica à “urbanização ampliada”: inicialmente relacionada por Lefebvre com os processos de urbanização industrializada que espalham *le tissu urbain* e a sociedade urbana, por meio de áreas mais amplas, inclusive para além das regiões me-

tropolitanas. Essa análise funcionou bem para as economias de industrialização e extração de recursos da América do Sul (Monte-More, 2013) — mas tal análise sociomaterialista da urbanização requer uma reconfiguração para (diferentes) globalizações socioeconômicas contemporâneas: a ambição de um ressurgimento da atenção à “urbanização planetária” com ideias sobre “paisagens operacionais” e questões sobre o impacto e os limites dos “processos de urbanização” estendidos e intimamente relacionados e pontuados com concentrações em todo o mundo (Brenner e Schmid, 2015).

Em um segundo formato de fazer conexões como processos de urbanização, podemos trazer uma perspectiva comparativa direta provincianizando e diferenciando entendimentos de conexões e circuitos. Aqui há uma oportunidade importante para uma imaginação comparativa explorar e pensar nos muitos processos diferentes, que constituem a urbanização. Diferentes tipos de conexões podem ser contrastados, ou avaliados, como as trajetórias divergentes de fluxos de políticas específicas (Peck e Theodore, 2015), ou os diferentes tipos de redes ou relações — no caso de Söderström (2014), comparando conjuntos de relações políticas e econômicas contrastantes que delineiam duas áreas urbanas anteriormente isoladas (Hanói e Ougadougou) em articulações mais amplas com processos globais de formas bastante divergentes. No caso de Ougadougou, por meio de uma articulação geopolítica mediante interações cidade a cidade, aprendizagem sobre as políticas públicas e alianças; a outra, mediante a intensificação de conexões econômicas globais por intermédio de relações mais estreitas, com os países asiáticos vizinhos.

Ao comparar diferentes circuitos, a complexidade do que está sendo transportado requer atenção cuidadosa. Aqui, argumentos que sugerem a importância de teorizar com os elementos sendo transportados em conjunto com a neoliberalização (Peck, Theodore e Brenner, 2009; Collier, 2009; Ferguson, 2010) antecipam o significado de uma imaginação comparativa para atuar em meio a diferenciação da mobilidade. Assim, rastrear qualquer fenômeno ou processo circulante em particular exige atenção especial ao que pode estar sendo transportado com esse fenômeno e entender “hibridização”, por exemplo, não como simplesmente uma consequência da localização ou territorialização, mas como já presente naquilo que é móvel (Parnell e Robinson, 2012).

Uma pesquisa pioneira comparando diferentes redes é a apresentada por Kris Olds (2001:7): *Globalization and urban change: capital, culture and Pacific rim mega-projects* (Globalização e transformação urbana: capital, cultura e megaprojetos na orla do Pacífico). Inspirado pelo trabalho de campo multilocal, que emergiu na antropologia na década de 1990, e baseado em uma sensibilidade pós-colonial para ir além dos conceitos binários de Norte e Sul, Olds começou a delimitar duas redes centradas na Ásia associadas a megaprojetos urbanos em Xangai (Pudong New Area) e Vancouver (One Canada Place), que envolveu trabalho de campo nesses dois locais, mas também em vários nós nos fluxos financeiros (Hong Kong) e *design* (Paris), por exemplo. Inspirado pelo influente artigo de John Law (1994) sobre o global como “pequeno” e particular, e uma perspectiva geográfica sobre a natureza inter-relacionada dos lugares, ele buscou “trazer às claras tanto o local como o global, simultaneamente”. Embora propondo uma “comparação não comparativa”, talvez como uma ideia territorializada de comparação prevalecente na época, ele oferece uma visão cuidadosa sobre os dois tipos diferentes de conexões e resultados que emergiram em torno dos dois desenvolvimentos, que dizem respeito a diferentes maneiras em que o alcance global foi tarefa realizada por atores-chave no desenvolvimento (por meio de redes familiares próximas e colaborações de longa data; ou por meio de relações de trabalho formais e distanciadas), diferentes práticas de localização e *networking* (conexões locais profundas; interações técnicas e efêmeras) e a importância de muitos processos globalizados diferentes, percorrendo as duas localidades, que foram cruciais para moldar os resultados do desenvolvimento urbano.

O livro de Olds propõe que cidades “globais”, como Xangai, Vancouver, Londres e Paris, hospedam muitos dos recursos necessários para mobilizar redes transnacionais de investimento e projeto urbano, estendendo a análise da “cidade global” às maneiras pelas quais muitos processos diferentes interconectando cidades encontram espaços para localização, produzindo centralidades em vários lugares urbanos. Os circuitos de investimento (incluindo o desenvolvimento de propriedades urbanas) estão associados a localizações específicas, que promovem e permitem a inteligência e as capacidades práticas para direcionar investimentos transnacionais (Bassens, DeRudder e Witlox, 2012; Halbert e Rouanet, 2014). A maior parte da atenção tem sido dada aos processos de mudança global e financeirização, mas é claro que em toda a gama de resultados e processos urbanos muitos processos diferentes de globalização precisam ser atendidos — incluindo, por exemplo, circuitos geopolíticos e de desenvolvimento, como ressaltado pelo estudo de Söderström (2014), sobre as associações internacionais políticas buscadas por Ougadougou. Atender a essas interconexões e fluxos também pode inspirar diferentes geografias ou territorializações da urbanização, como sugerido provocativamente por Susan Fainstein (2001), em um movimento comparativo incomum, de tratar Nova York e Londres como um único espaço urbano, associado e moldado fortemente por fenômenos e processos compartilhados, associados às funções de cidade global que a autora vê como localizadas de forma privilegiada nessas cidades.

Uma maneira importante em que a mobilidade de políticas pode ajudar a focar algumas poucas, entre as diversas perspectivas comparativas, ao explorar as conexões como processos de urbanização, é olhar para as ligações diretas de cidade para cidade e redes de governos municipais. Isso fornece uma ótica produtiva por meio da qual se identifica a proliferação de conexões entre cidades, incluindo a possibilidade de identificar com mais precisão como os gestores municipais e os formuladores de políticas aprendem a partir de diferentes contextos, incluindo aprendizagens que seguem dos “contextos do sul” para os “do norte” (Campbell, 2012; Porto de Oliveira, 2017; Peyroux, 2016), e potencialmente encoraja ricas parcerias sul-sul, talvez no contexto de uma aprendizagem mais ampla em rede transnacional (Bulkeley, 2010) ou de programas de cidades-irmãs (artigos Habitat). Aqui, encontraremos muitas advertências contra a pressa de distinguir as duras barreiras entre os circuitos do conhecimento do Norte e do Sul, uma vez que, enquanto estiver clara a existência de circuitos diferenciados de políticas e conhecimento (com uma segmentação muitas vezes severa das intervenções de desenvolvimento nas cidades mais pobres), rastreá-los nos ajuda a ver que eles se espalham em diferentes categorias de cidade. Por exemplo, no caso da visão estratégica em relação a tecnologias para estratégias de cidades dos EUA (sob a liderança do setor privado), da UE (políticas do setor público) e da política de desenvolvimento internacional (envolvendo agentes externos de desenvolvimento), ela delineaia diferentes contextos urbanos em circuitos compartilhados de inovação de políticas, encorajando visão e planejamento estratégico de longo prazo e em toda a cidade (Robinson, 2011b, no prelo). Mesmo que seja tentador delinear fortes diferenças na política urbana e nos ambientes institucionais (Watson, 2014; Parnell e Oldfield, 2014; Parnell e Pieterse, 2014), as muitas linhas transversais de circulação de políticas e interconexões sugerem que, no campo da análise acadêmica, delineamentos precisos também podem estar equivocados.

2. CONEXÕES PRODUZINDO INSTÂNCIAS REPETIDAS

Na formulação inicial de Charles Tilly (1984) sobre comparações abrangentes — que justifica delinear diferentes lugares em uma análise porque eles estão mutuamente entrelaçados em processos de

grande escala, processos como a escravidão, o capitalismo ou, mais a ver com nossos propósitos aqui, a neoliberalização e uma gama de processos de urbanização —, conexões mais amplas evidenciam localidades ou lugares. O autor observa: “Coloca diferentes instâncias em vários locais dentro do mesmo sistema, de forma a explicar suas características como função de suas relações variáveis para com o sistema como um todo” (1984:83).

Philip McMichael (1990) estende esses *conhecimentos* de maneira mais proveitosa, colocando os “casos” revelados por meio de tais conexões em uma relação dinâmica com sua produção, por meio do processo social [sistêmico?] mais amplo, ou seja, não é possível predeterminar a forma ou a natureza do caso em particular, sendo considerado como se fossem produzidos mutuamente ao longo de processos maiores.

Enquanto aspiramos aprofundar e diversificar a compreensão das conexões em si, como discutido anteriormente, nesta seção quero insistir na natureza dos “casos” que são imaginados como envolvidos nos processos ou conexões abrangentes ou incorporadoras. Seguindo os principais *conhecimentos* apresentados por Deleuze, que desenvolvi em Robinson (2016a), proponho que podemos reconsiderar a natureza do caso como tal, tanto em termos do que o constitui como de quais deles se posicionam conceitualmente.¹

O primeiro ponto a ser considerado é sobre estarmos voltados à “instância repetida” como a forma do caso — ou seja, como uma singularidade em si e não como um representante de um processo universal mais amplo ou categoria preestabelecida. Os casos estão, tanto no “idioma” deleuziano como no contexto da urbanização globalizada, geneticamente interconectados com muitos outros (Robinson, 2016a). O conceito de “instância repetida” refina a natureza do “caso”, propondo tratá-los como “singularidades”, resultados específicos (embora inter-relacionados) de um campo virtual compartilhado — no que diz respeito ao urbano, o campo virtual compartilhado quer dizer todos os possíveis resultados urbanos decorrentes de processos interconectados da produção de seus espaços. Nessa visão, as singularidades podem ser adotadas, não como linhas de chegada para a conceptualização (Jazeel, 2017), mas como pontos de partida para os tipos de conceitos/ideias universais despreziosos que podem se abrir para a diferença necessária. Certamente pode-se lançar os dados a um universo de possibilidades e estar aberto a todas elas (Deleuze, 1994:354-355), a tudo o que seria possível sobre o urbano — o virtual no “eterno retorno” da análise de Deleuze —, mas ao cair dos dados temos somente uma única alternativa de cada vez nesse mundo pós-representacional, resultados únicos, porém relacionados. Só há uma alternativa, mas junto a ela são muitas e próximas as possibilidades, cujas análises efetivas são dignas de debate.

Como podemos usar isso de forma produtiva como “método”? Como seria possível observar de perto cada instância altamente específica, procurando entender alguns processos significativamente “grandes” ou “ampliados” (Jacobs, 2008)? Como podemos evitar o foco fascinante, mas limitado, em nomear e documentar exaustivamente (práticas já teóricas e conceituais) a emergência complexa de cada instância de forma isolada (Jazeel, 2017)? O que podemos fazer pragmaticamente com muitas instâncias de processos interconectados? O que pode ser feito com o ajuntamento de múltiplos e

¹ Estou ansiosa, entretanto, para me ater um pouco mais aos *insights* marxistas que sustentam os estudos urbanos — e desenvolvo essa questão em Robinson (2016a, no prelo). Por uma questão de espaço, meu foco neste artigo está nos *insights* deleuzianos que nos ajudam a observar o potencial de se trabalhar com o *case* como “instância repetida”; essa formulação se ajusta muito bem à problemática empírica da mobilidade de políticas.

potencialmente numerosos casos de repetições em um projeto prático de pesquisa empírica para construir criativamente conceitos relevantes, mas modestos? Aqui proponho quatro possíveis pontos de partida.

Identifique a(s) instância(s): Ao considerarmos o surgimento de instâncias repetidas na variedade urbana, precisamos atender à natureza precisa das territorializações, em que determinar as conexões nos leva não apenas a um “lugar” ou a uma “cidade” ou “localidade”, mas, talvez, a um edifício (Jacobs, 2006), um projeto (Pinson, 2009), uma política distinta. Um importante corolário de determinar conexões para identificar “instâncias repetidas” é que é improvável que um “caso” seja uma cidade (embora possa ser, é claro, uma prática ou um resultado vinculado a uma unidade administrativa ou governamental com certa extensão territorial) — então não existe um formato *a priori* para “território”, “lugar” ou “localização” de fluxos e conexões. De fato, “casos” podem não ser entidades espaciais, mas formações sociais ou processos. Em cada um, inspirado no tratamento empirista da filosofia de Deleuze na teoria do ator-rede (TAR) e no estudo de ciência e tecnologia, uma abordagem sociotécnica pode revelar um conjunto de atores e materiais, ideias e práticas que, como aliados ou opositores, estão envolvidos em resultados específicos (Jacobs e Kearns, 2012; Deville, Guggenheim e Hrdličková, 2016). É importante ressaltar que tais casos não podem ser julgados, *a priori*, para que sirvam como exemplo, ou que sejam considerados um elemento particular, dado, de um processo mais amplo previamente identificado (Jacobs, 2006; Robinson, 2014). Como podemos, no entanto, colocá-los em relação a outras instâncias e circulações mais abrangentes?

Empiricamente aditivo: Seguir as conexões entre múltiplas instâncias pode, no entanto, contar uma história cumulativa ou aditiva dos processos de urbanização por meio dos pontos de vista obtidos a partir de uma multiplicidade de resultados. Isso poderia envolver o atendimento a instâncias repetidas de, por exemplo, desenvolvimento habitacional em massa (Jacobs, Cairns e Strebel, 2007; Schmid et al., 2018), cidades satélites (Murray, 2017), ou de um certo momento ou forma de implementação de políticas como melhorias no trânsito (Wood, 2014), ou pagamento de benefícios sociais para a atenção à criança (Peck e Theodore, 2015). Assim, por meio da adição de casos, seriam obtidos *insights* sobre o desdobramento, a diferenciação ou a desigualdade dos processos e resultados da urbanização.

Jacobs, Cairns e Strebel (2007) usam o notório/célebre caso do conjunto residencial “Red Road” em Glasgow, Reino Unido, para abrir a “caixa preta” do arranha-céu residencial — um modelo que reflete a globalização do formato por meio da transferência e repetição de uma tecnologia estável — para apropriar-se de uma nuance de traçado de *design* e de elementos e tecnologias de construção, bem como de condições políticas e materiais muito específicas (que são literalmente a base) do desenvolvimento. Assim, a produção artesanal muito particular do que parecem ser torres modernistas iconicamente repetitivas em Glasgow — e em seu segundo caso em Singapura — é revelada. Embora tenha iniciado sua jornada na imaginação nacional e local da replicabilidade modernista, o contexto institucional de contratação, a capacidade técnica limitada dos empreiteiros e um desejo político de se obter maior densidade em um pequeno local estão por trás do que se tornou inovador, mas que no longo prazo foi um conjunto de técnicas de construção não muito efetivo ou reproduzível. Assim, ao invés de serem evidências de globalização de uma forma de moradia modernista, cada arranha-céu residencial, embora pareça tão familiar, torna-se uma instância repetida; processos altamente interconectados levam a resultados repetidos, embora fortemente diferenciados, cujo efeito emergente não é totalmente previsível, podendo não ser o que era projetado. Isso pode ser, então, uma rubrica alternativa para a “síndrome” da neoliberalização, por exemplo, na qual o “nome” ou o efeito

das políticas circulantes é (a) ser determinado; (b) provável de ser diferenciado; e (c) pode chegar a algo bem diferente do neoliberalismo, entrando em outros circuitos (como o desenvolvimentismo, ou um Estado desenvolvimentista, por exemplo — Ferguson, 2010; Collier, 2010; Robinson, 2011c).

Analiticamente subtrativo: Ao determinar os resultados cumulativos de instâncias repetidas para análise comparativa, é importante atender à segunda série (virtual) que progride ao lado da emergência genética de múltiplos casos. Isso está associado à compreensão de um fenômeno por meio do desenho a partir do “virtual” de ideias — ou seja, de todas as formas possíveis pelas quais podemos explorar e considerar a resposta ao fenômeno que se apresenta a nós para interpretação. Esse é um elemento importante na narrativa de Deleuze sobre a geração de conceitos. Assim, manter aberta nossa perspectiva sobre o que as “instâncias repetidas” adicionam em um sentido analítico significa trabalhar nos muitos casos — trabalhando com múltiplos (Jacobs, 2012) — de tal forma que temos em mente todos os conceitos possíveis que poderiam nos ajudar a dar sentido às instâncias em sua multiplicidade à medida que surgem. Um dos efeitos benéficos de instâncias repetidas é que elas têm o potencial de atrair para a conversa estudiosos e observadores de numerosos contextos acadêmicos e interpretativos, e, portanto, atrair também tradições, comunidades linguísticas e abordagens teóricas. Isso abre a possibilidade de aprender com ideias e práticas embutidas em diferentes situações, ampliando e enriquecendo análises potenciais.

Jane Jacobs propõe um método de “subtração”, para trabalhar com a multiplicidade de instâncias repetidas. Essa perspectiva convida a ir além de hábitos analíticos relativamente simples e às vezes razoavelmente preguiçosos de acumular casos para apoiar uma teorização já existente, ou para selecionar um processo familiar ou dinâmica empírica que parece estar em ação em muitos deles. Ela argumenta, em vez disso: “trabalhar com múltiplos (muitas cidades, outras cidades, cidades comuns) não como adição (mais um caso de cidade em um projeto de construção de teoria geral) mas como subtração (observando diferenças urbanas para produzir futuros alternativos)” (Jacobs, 2012:906). A autora insiste que “criar as condições para ver multiplicidade (por exemplo, casos múltiplos) é um compromisso de trabalhar contra a dissimulação de estruturas explicativas singulares e supercodificadas” (Jacobs, 2012:906). Nesse sentido, trabalhar com instâncias repetidas é um convite à subtração teórica — em algumas circunstâncias, fornecendo os recursos para subtrair de conceitos poderosos e circulantes, como o de neoliberalização. De um modo mais geral, essa prática também encorajaria a ampliação, inovação e invenção de conceitos.

Por exemplo, poderíamos retornar aqui para a interrogação do suburbanismo global. Como Keil (2017) propõe, começando com a excentricidade física associada a lugares chamados “subúrbios” em algumas partes do mundo — podemos rever uma multiplicidade de resultados urbanos que fornecem pontos de partida para *insights*. Mas sobre o quê? O subúrbio como uma entidade conhecida? Ou para estimular inspirações sobre processos de urbanização cujos pontos de referência não são as “cidades” dentro das quais eles podem ser incorporados, mas os processos e práticas mais amplos e circulantes que constituem qualquer resultado urbano (ampliado) possível. Em algumas áreas, estamos em posição de rever uma série de fenômenos repetidos, observando suas interconexões prolíficas em outras instâncias. Abrimos a possibilidade de identificar tipos bem diferentes de objetos repetidos (urbanos), não mais estabelecidos como “subúrbios”, mas de possibilidades de todo tipo reunidas sob o signo da expansão de fora do centro para a reflexão analítica criativa (ver também Harris, 2012). Isso poderia incluir cidades satélites, novas cidades, urbanização periférica (Caldeira, 2016), moradias populares, assentamentos informais, urbanização deslocada, novos centros industriais e muitos outros.

Se seguirmos as inspirações de Deleuze para os *insights* de Jane Jacob, esse abrangente exercício comparativo no “subúrbio global” pode encorajar algumas qualificações sobre a natureza das repetições. Eu diria que precisamos nos proteger contra as repetições falsas. As “instâncias repetidas” que não são o resultado de processos interconectados, mas de nomeação analítica e conceitual, não são as instâncias que estou propondo aqui. A gentrificação, por exemplo, embora proposta analiticamente como um processo “global” ou mesmo “planetário”, não é resultado da transferência necessariamente interconectada (conforme Smith, 2002; Lees, 2012): eu sugeriria que não pode ser vista como um processo, mas como conceituação de um certo tipo de efeito urbano que é mais comumente transferido como um conceito (e não como política ou prática proposital — embora possa certamente funcionar como uma meta política ou efeito desejado, e como um foco para oposição). “Gentrificação” é um termo analítico que insiste em que a copresença de certas “características compartilhadas” da mudança urbana seja aplicável (mudança de classe; deslocamento; transformação física). Experiências comparativas em torno do conceito de gentrificação são mais bem compreendidas, então, dentro da rubrica de práticas comparativas generativas (Robinson, 2016a, no prelo).

Deleuze nos convida a considerar repetições “nuas” e “vestidas” como marcadores de como instâncias repetidas podem ser tratadas analiticamente. As repetições “nuas” são esvaziadas da diferença, a diferença é retirada à medida que cada instância repetida é encontrada e um conceito é deixado sem roupa, sem a diferenciação necessária produzida por meio de cada repetição, sendo transferido como um conceito invariante (Deleuze, 1994:359). Jane Jacobs coloca bem esse *insight* deleuziano: “a realização da repetição — ou mais precisamente, instâncias repetidas em muitos contextos diferentes — requer variância, diferentes agrupamentos de aliados em diferentes contextos” (Jacobs, 2006:22). As repetições “vestidas” surgem no âmbito das ideias de forma sempre sombreada e transformada com as características específicas da diferenciação. No processo, ideias ou conceitos são “vestidos” à medida que são produzidos em relação a resultados específicos. Ideias herdadas são perturbadas, estendidas e deficientes — talvez chegando a um ponto em que sua relevância se deteriora e nos aproximamos da “diferença” encontrada como ponto de partida para novas conceptualizações. Isso nos aproxima do valor de refletir considerando casos específicos em um idioma mais marxista, em que a “totalidade concreta” particular se abre para uma inexauribilidade de possíveis pontos de partida analíticos e empíricos para o pensamento (Lefebvre, 1955).

Todo caso é importante: Ao longo do caminho, à medida que as conexões revelam ou são parte da produção de instâncias particulares, será possível mudar a perspectiva de forma mais definitiva desses fenômenos circulantes para atender às territorializações e aos resultados urbanos específicos. Seguir as conexões pode ser uma importante maneira de explicar produtivamente os distintos resultados urbanos e pode ser especialmente funcional em inspirar pensamentos por entre e com a diferenciação de resultados associados a vínculos, fluxos e conexões específicos. Tratar cada singularidade emergente dentro de uma multiplicidade de casos interconectados como um ponto de partida distinto para a análise nos leva a perguntar: que perspectiva ou *insights* esse caso (ou o próximo) nos permite compreender? Nessa última abordagem, temos então múltiplos pontos de partida analíticos, que permitem levar um enriquecimento interpretativo para outras instâncias desse tipo, para cada caso levantar questões do outro e contribuir para o enriquecimento e aprofundamento de sua análise (Akrich e Rabeharisoa, 2016).

Outra manobra é, atendendo ao caso específico, identificar novos pontos de partida para a compreensão — talvez a diferença até então não conceituada. Assim, embasamentos potencialmente

bastante diferentes surgem para trazer casos para conversas comparativas. Isso potencialmente move a abordagem metodológica mais para o campo de comparações produtivas: identificar conceitos ou processos que podem nos levar a compor uma comparação, por meio de uma seleção de casos para informar a conceituação. Concentrar-se na plenitude de qualquer caso dado, sua multiplicidade interna e heterogeneidade, convida a novos pontos de partida para uma análise mais ampla. Por exemplo, embora possamos começar seguindo os circuitos globalizantes da financeirização, podemos nos ver diante de uma multiplicidade de atores e processos reunidos em formações políticas emergentes, territorializadas e transnacionais (Halbert e Rouanet, 2014; Weber, 2015). Pensar nessa multiplicidade poderia inspirar novas formulações da política urbana e suas territorializações cambiantes (ver Shatkin, 2017, por exemplo), começando com qualquer um dos muitos atores e processos diferentes que moldam e contestam desenvolvimentos urbanos específicos por meio dos numerosos contextos urbanos moldados pelo financiamento.

Resumo — instâncias repetidas: Para retornar à questão de abertura desta seção, o que é possível fazer, então, com múltiplas instâncias repetidas dentro de uma imaginação comparativa? Como experimentos naturais para desestabilizar conceitos, instâncias repetidas arrastam as conexões e os processos de urbanização para a multiplicidade de resultados empíricos diferenciados. Neste momento é possível trabalhar analiticamente com essas instâncias repetidas para: (a) por *adição* permitir que processos e resultados urbanos sejam abordados como uma multiplicidade empírica, adicionando ou fornecendo pontos de partida para *insights* sobre processos de urbanização cujos pontos de referência não são as “cidades” dentro das quais podem estar incorporados esses processos, mas sim os processos e práticas mais amplos e circulantes que constituem qualquer possível resultado urbano; (b) por *subtração*, minar, desenvolver ou reinventar conceitos que seguem os mesmos traços de sua gênese; e (c) ao *atender a cada caso*, trazer para a conceptualização os processos particulares, bem como diversos processos aliados na produção de mais uma outra instância, talvez para pensar por meio e com seus diversos formatos em diferentes contextos, tratando cada singularidade como ponto de partida distintivo para análise.

3. “CONEXÕES” TOPOLÓGICAS

A condição urbana é aquela vivida no meio de “múltiplos outros”, como Mbembe e Nuttall (2004) descreveram tão elegantemente para a cidade de Joanesburgo. O que isso significa para as metodologias usadas para conhecer o urbano; o que pode significar para conceituar a urbanização? Podemos pensar no urbano como um emaranhado de conexões: seguir conexões dentro de um contexto particular evidencia uma variedade de processos ou fenômenos, como formações políticas locais ou diferenciação social. Assim, como explorado na seção anterior, seguir conexões pode nos convidar a formular comparações de um modo mais profícuo em torno dos resultados diferenciados de certos processos genéticos: reflexões analíticas mais amplas sobre fenômenos compartilhados, como governança (muitas vezes profundamente dependentes da trajetória e localizados), seriam úteis para construir análises da política urbana para além de um caso único. É certo que isso não está restrito ao “local”, mas também é preciso atenção ao chamado anterior para atender aos múltiplos elementos que estão sendo transportados junto com as ideias e as práticas circulantes (de forma que a diferença não é encontrada apenas em lugares), e assim alerta a observação de Buckley e Strauss (2016), de que a análise do “contexto de contexto” e processos mais amplos deve abranger mais do que economia

política/capitalismo. No entanto, enquanto a análise da mobilidade de políticas urbanas nos provoca a explorar especificamente como é que “o outro lugar” faz as cidades, como as cidades funcionam com vários “outros lugares” para produzir resultados distintos (específicos), sugiro que possamos pressionar mais do que a produção material de espaços urbanos por meio de redes ou conexões *per se*. O que tenho em mente aqui são as espacialidades efetivas das relacionais que tais conexões subtendem ou permitem (Allen, 2008, 2016). Em termos de nosso pensamento sobre métodos comparativos, esse ponto de vista topológico poderia talvez nos ajudar a ampliar nosso repertório para o pensamento urbano comparativo crítico.

Há uma tendência em escrever sobre a mobilidade de políticas urbanas para fazer frente à complexidade associada à proliferação, velocidade e amplitude das transformações criadas por e para políticas que estão em andamento. A sucinta introdução de Peck e Theodore a uma coleção de artigos sobre mobilidade de políticas expressa muito bem as complexidades dessas “espacialidades da mobilidade de políticas”:

A espacialidade da formulação de políticas não é achatada em algum plano ou espaço de transação inerte ou quase sem características aparentes, delineado somente por fronteiras jurisdicionais, por meio das quais ocorrem transferências. Ao contrário, essa espacialidade se apresenta como *um mosaico tridimensional de formas cada vez mais reflexivas de governança, moldadas por formas multidirecionais de mobilidade de políticas que circulam por entre escalas diversas e são interlocais*. Nesse contexto, as políticas não estão simplesmente transitando intactas entre as jurisdições, mas evoluem por meio da mobilidade, ao mesmo tempo que (re)estabelecem conexões relacionais entre os ambientes de formulação de políticas. [Peck e Theodore, 2010:170, grifo nosso]

Da mesma forma, talvez, como na complexa linguagem espacial interescalar e recombinante necessária para recontar as geografias da globalização e que cada vez mais não consegue captar as relações espaciais em funcionamento (Allen, 2008), é necessário que os urbanistas examinem de alguma forma o que exatamente está incluído no conceito muitas vezes bastante amplo e abrangente da “relacionalidade” de lugares que as mobilidades da política urbana evidenciam tão claramente (Hart, 2003, 2016). Exatamente que tipos de relacionamentos são esses? E como poderíamos formular adequadamente as espacialidades que atuam para moldá-los? Minha preocupação aqui é com a ênfase supermaterialista — no sentido de “matéria” — do pensamento relacional, que enquadra as relações espaciais como trajetórias e conexões físicas ou fluxos diretos que se juntam para formar lugares distintos (Massey, 2005).

Em vez disso, podemos considerar que ideias e práticas chegam de outros lugares ou surgem em contextos particulares de várias maneiras — por meio de conversas esquecidas em reuniões, leitura de publicações ou relatórios de forma descompromissada, amizade e redes colegiais imprevisíveis, bem como associações formais ou informais em que os entendimentos assumidos podem ser confirmados. É importante considerar, contra o enfoque da TAR em muitas discussões de agrupamentos de políticas e mobilidade, que a infraestrutura de transferência de políticas (assim como em muitos outros aspectos da vida urbana) é significativamente imaterial (ver Simone, 2001, sobre a ideia de públicos efêmeros; e Saunier, 2002, em relação à circulação de políticas). Somos atraídos então a explorar como as cidades habitam umas às outras imaginativamente, definindo memórias em movimento e inspirando ambições (Bunnell e Das, 2013). Essa paisagem altamente internacionalizada — essa

topologia — de engajamentos sutis e intrincados nas cidades nos oferece inspiração metodológica, inclusive incentivando-nos a trabalhar com as relações de proximidade e presença que moldam a transferência e adaptação de políticas que, por sua vez, não são facilmente reduzidas a fluxos físicos que podem ser delineados em um ou a objetos ou elementos particulares que podem ser “seguidos” (Robinson, 2011b, 2013). Ao invés de nos puxar de volta para as rotas físicas e pontos de copresença física e construção de alianças que permitem fluxos (embora esses, assim como os detalhes das trajetórias, são certamente relevantes e interessantes), o conceito de espaço topológico (Allen, 2008, 2016) abre algumas novas imaginações para pensar o urbano.

Minha proposta de começar a questionar essa forma de relacionalidade materialista, inspirada na análise de questões políticas, é sugerir que invertamos a problemática — tanto nossa pergunta quanto nossa metodologia. Em vez de rastrear conexões e seguir para onde vão, o que parece ser o modo de operação preferido nos estudos sobre mobilidade de política urbana (Peck e Theodore, 2010), sugiro que tomemos como nossa ótica a questão de *como as políticas urbanas são levadas a chegar*, em vez de rastrear como elas chegam de outro lugar. É na tentativa de responder a essa questão, penso eu, que as imaginações espaciais topológicas se tornam essenciais para nossas análises, e o trabalho efetivo do urbano em relação a outros lugares — sua função mediadora — torna-se mais evidente. As espacialidades topológicas se preocupam menos em traçar mobilidades e conexões físicas e mais em explorar processos efêmeros de estar presente e de proximidade, explicando as misturas de interioridade e exterioridade, ou explorando como instituições e agentes podem assegurar influência à distância. Essas são, na minha visão, cruciais se quisermos ser capazes de investigar muitas das dinâmicas espaciais que operam na determinação dos resultados das políticas. Considerar como “partes de outros lugares” compõem lugares locais (Allen e Cochrane, 2007:1171) traz o potencial de ampliar nossas capacidades analíticas e vocabulários.

Meu argumento é de que a “chegada” de ideias políticas de outros lugares tem algo de falho do ponto de vista explicativo — a própria suposição de que as ideias políticas “chegam” é equivocada —, no mínimo, perdemos de vista as políticas que já estavam lá, ou que nunca chegam, que são frustradas ou ignoradas, ou encaixam entre agendas alternativas ou sofrem forte resistência, ou tornam-se algo completamente irreconhecível, ou cuja influência é esquecida (Robinson, 2012; Jacobs, 2011). Quero abrir a possibilidade para pensar com “os outros lugares” para trazer à figura um foco mais nítido nos processos de formulação de políticas incrivelmente confusos, que muitas vezes não podem ser determinados (Robinson, 2011b), incluindo algumas das dinâmicas efêmeras que sustentam as diferenciações de repetição (Jacobs, 2012). A esperança é que isso ilumine as espacialidades, não apenas como as ideias políticas são levadas a chegar em meio a muitos outros lugares, mas que também inspire algumas abordagens inovadoras para construir comparações por meio de conexões (topológicas).

Ao explorar as estratégias urbanas, por exemplo, tenho argumentado que podemos considerar as muitas maneiras diferentes e complexas pelas quais esses outros lugares se tornam presentes (Robinson, 2011b, 2013). Partindo da minha própria experiência de pesquisa (e neste parágrafo partindo de Robinson, no prelo), os circuitos de política internacional são uma presença cotidiana para os servidores da cidade de Joanesburgo, por meio de sua própria formação profissional, da internet e de conexões institucionais. O desenvolvimento de políticas se dá de forma seletiva e inteligente com base em ideias e práticas-chave proeminentes em diferentes contextos em todo o mundo (Robinson, 2013) ou empacotadas para circulação (Wood, 2014). As ideias estão disponíveis facilmente

na internet — chegando a Joanesburgo com a mesma rapidez que em qualquer outro lugar — e as trajetórias de aprendizado incluem manter contato próximo com acadêmicos locais e internacionais, funcionários que voltaram recentemente de estudos no exterior ou encomendar estudos em áreas-chave (Silverman et al., 2005). Discussões face a face com colegas durante viagens ou em contextos de políticas internacionais podem causar uma forte impressão e fornecer pistas para futuras pesquisas ou implementação. Embora as ideias compartilhadas possam ser familiares ou relativamente leves, as discussões do acaso podem ajudar a concentrar as práticas. Um ex-funcionário da prefeitura do escritório responsável pela elaboração da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Joanesburgo observou, por exemplo, que em uma viagem à cidade de Nova York, onde discutiam o “PlanNYC” (o plano de longo prazo de Nova York), discutiram seu processo de consulta pública. O ex-funcionário

aprendeu que eles simplificam as coisas, até mesmo esse documento [GDS] que você tem foi deliberadamente simplificado — e ainda assim as pessoas o consideram denso [...]. Estavam dizendo para nós, se você quer se envolver com as partes interessadas e os cidadãos em geral, tem que conduzir coisas de forma que possam se engajar [...] nós não finalizamos este processo de consulta, então voltamos atrás e foi nisso que fiquei pensando [...]. [Entrevista, ex-funcionário da cidade de Joanesburgo, 2011]

Frequentemente, porém, a aprendizagem internacional aparentemente pode ser incorporada em interações recursivas e em desenvolvimento de políticas onde as origens exatas não são claras (Wood, 2014). Phil Harrison, ele próprio um ex-funcionário da cidade e também acadêmico, observa, por exemplo, que, embora a África do Sul tivesse uma longa experiência na atualização *in situ* de assentamentos informais (Van Horen, 2000), e o conhecimento acadêmico sobre a experiência brasileira fosse generalizado, visitas de estudo ao Brasil e ao Peru (1999) e ao Brasil em 2008 “levaram mais imediatamente à adoção de novas políticas” (Harrison, 2015:216) nessa área.

A questão que surge, então, é como as políticas urbanas “chegaram” aqui e em outros lugares? As experiências dos formuladores de políticas envolvidos no desenvolvimento de várias versões da estratégia municipal de longo prazo de Joanesburgo entre 1999 e 2011 são instrutivas (para uma visão mais completa, ver Robinson 2011b, 2013). Um dos principais arquitetos da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de 2006 de Joanesburgo explica como as ideias de políticas se apresentaram para ele nesse processo:

A forma como as coisas funcionam na verdade é que uma pequena equipe de pessoas e quase sempre um ou dois indivíduos dentro dessa equipe estão envolvidos em debates políticos de forma mais geral, possuem amplo conhecimento sobre todos os tipos de problemas e isso tudo se torna apenas parte da massa amorfa que compõe seu pensamento... mas se fosse para dizer de onde veio a ideia, você diria: “Bem, saiu do trabalho que estávamos fazendo nesse departamento específico”, quando, na verdade, a ideia provavelmente veio de algum outro lugar. [x-escritor de políticas públicas da cidade, Joanesburgo, julho de 2009]

Nessa visão, as ideias políticas e analíticas que estão “em movimento” dentro de uma perspectiva de trajetórias já estão lá. Eles não “chegaram”. Os formuladores de políticas em Joanesburgo já tinham suas próprias, entre muitas das diferentes maneiras disponíveis de pensar e intervir nas cidades. Essas

podem ter sido aprendidas com literaturas acadêmicas ou políticas, mas são frequentemente vistas como profundamente locais. Conceitos podem ser emprestados em um momento, apenas para serem pensados mais tarde como novos, inventados localmente. Ou ideias políticas que chegam de algum outro lugar também podem ser o resultado de processos políticos longos e politicamente difíceis, como com o formato colaborativo do planejamento estratégico em toda a cidade em Joanesburgo, que foi duramente conquistado durante décadas de luta *antiapartheid*, apenas para “chegar novamente” totalmente formado, a partir da *Cities Alliance* (Cities Alliance, 2006; Robinson, 2008). As ideias políticas podem ter circulações e histórias mais amplas, mas as histórias e os processos relevantes pelos quais elas chamam a atenção dos formuladores de políticas podem ser totalmente localizados. Por exemplo, a expansão urbana é uma característica comum de muitas cidades modernizadoras do século XX, mas em Joanesburgo é também uma herança específica do *apartheid*. Abordar suas consequências para a forma urbana tem uma carga distintiva e política, relacionada com a raça e a dependência da cidade dos impostos de propriedade das classes médias (Beall, Crankshaw e Parnell, 2002). Ou ainda, as ideias políticas podem ser reimportadas conscientemente como novas, a partir de um contexto diferente, para revigorar as opções políticas que foram deslocadas localmente. Esse é sem dúvida o caso da ideia de melhoria *in situ* em Joanesburgo, inicialmente muito importante no planejamento urbano tardio e pós-*apartheid*, e depois trazida de volta do Brasil à medida que as contradições dos conjuntos habitacionais formais do pós-*apartheid* se tornaram aparentes no final dos anos 2000.

Em relação ao projeto mais amplo de conceituar mobilidades, notamos a dependência da transferência e adaptação de políticas em espacialidades de proximidade e presença que não são facilmente reduzidas a fluxos físicos que podem ser rastreados em um mapa. Circulações, então, não dizem respeito especificamente a distância física ou conexões que podem ser delimitadas, mas sim entendidas de forma mais convincente por meio do conceito de espaço topológico (Allen, 2008). Ao invés de nos puxar de volta para as rotas físicas ou copresenças e construção de alianças que permitem fluxos (embora esses, como com os detalhes das trajetórias, sejam certamente relevantes e interessantes), as explicações topológicas do espaço nos direcionam a atender a específicas espacialidades em atuação no desenho de pessoas, ideias e atividades em proximidade, em relações mais próximas, ou não (Allen, 2008). Empiricamente, certamente precisamos atender às imbricações topológicas de lugares, senão disjuntos, por meio de processos, tais como *off-shoring*, ou *hedging*, *credit swaps* e financeirização, trazer diferentes elementos de cidades e economias em aproximações talvez inesperadas que requerem mais do que metáforas físicas de circulação, infraestrutura ou paisagens operacionais para capturar (Allen, 2016).

Assim, simplesmente concentrar-se na coisa que se move — mobilidade — pode nos levar a ignorar algumas das maneiras importantes pelas quais os outros lugares moldam as cidades. Nas circulações políticas, então, há algo organizacionalmente mais solto (até mesmo impossível de ser rastreado) do que as redes heterogêneas buscadas pelos teóricos da TAR, ou mesmo as geografias relacionais genéricas que subentendem os relatos contemporâneos do espaço.

Allen e Cochrane (2007:1163) chamam a atenção para “a mistura de ações distanciadas e aproximadas que constituem formas mais recentes de governança regional em rede”. No entanto, é para a linguagem inspirada em Joanesburgo e em outras cidades da África que frequentemente são desconsideradas dos roteiros de cidades do mundo, a “incorporação em múltiplos outros lugares” (Mbembe e Nutall 2004:348) de cidades como Joanesburgo, que podemos nos basear para considerar as diferentes formas complexas pelas quais esses outros lugares se tornam presentes, ao mesmo tempo que esquecidos, tão misturados que fica impossível defini-los, teimosamente aderindo a roteiros nacionais de influência política, ron-

dando por aí para assombrar o processo de formulação de políticas sem que se possa identificá-los (ver McCann, 2011). As diferentes maneiras pelas quais os outros lugares moldam a formulação de políticas estratégicas merecem mais atenção: eles podem nunca chegar, ser ignorados, imaginados, recontados, trabalhados com grande esforço, já estar aqui, recomposições imaginativas, repetição pura, propriedade múltipla de ideias (já minhas, sobredeterminação), ser usados para desencadear comparações, esquecer, perder de vista a interioridade e a exterioridade em um delírio de localismo (ou internacionalismo deferente) — são, portanto, algumas das topologias da política urbana transnacional.

Essas espacialidades topológicas de mobilidade de política podem nos inspirar em termos de como narramos o urbano — como “chegamos” às teorias das cidades? Primeiramente, eu priorizaria a percepção de que os procedimentos e relacionamentos por meio dos quais a teoria urbana é gerada, coordenada e disseminada são tão carregados de política e poder quanto aqueles que enquadram as circulações de outras formas de compreensão urbana. Nós também somos os circuitos da política urbana; os produtores das histórias móveis e ágeis, que tanto recontam cidades quanto as refazem, que se apresentam nas cidades de formas imprevisíveis. Como tal, nossas práticas e circuitos exigem tanta atenção quanto as das poderosas instituições, formuladores de políticas e gurus que adoramos criticar! A política de nossos próprios relacionamentos com outros lugares deve nos interessar de verdade. Em segundo lugar, podemos nos inspirar na agilidade dos formuladores de políticas em retrabalhar e reimaginar os futuros urbanos para aprender que é possível reconceitualizar o “urbano”. Em vez de novas geografias da teoria (Roy, 2009) que sugerem uma distribuição estática de ideias em diferentes lugares, mais uma vez potencialmente incomensurável (Parnell e Oldfield, 2014), precisamos procurar por novas geografias de teorização que desestabilizem os termos do urbano e ponham em movimento conversações em direção a uma reinvenção contínua do termo “urbano”.

Isso está de acordo com os atuais debates ontológicos dentro desses estudos. Confrontados com a profunda exterioridade da produção das cidades, somos levados a pensar com “as outras partes” específicas e conectadas. Dentro desse enquadramento, e dado o desafio mais amplo de definir a extensão do objeto físico do urbano, o urbano é praticamente um objeto impossível. Como Simone (2011:356) formula, “o urbano está sempre ‘escapando’ de nós, sempre em algum outro lugar além de onde esperamos que esteja”. Mas a presença do outro lugar no enquadramento de como pensamos sobre o urbano também ressoa com a composição mais topológica do lugar. Assim, à medida que antecipamos uma prática de teorização comprometida com um sentido tão aberto do que seja o urbano, podemos retornar ao desafio final que os teóricos compartilham com os formuladores de políticas, o de produzir nossa compreensão do urbano por meio de cidades específicas, mas sempre em relação ao outro lugar: falar de um “urbano” para além do único caso necessariamente envolve o outro lugar; traz para o quadro de referência um “mundo de cidades” (Robinson, 2011a). A impossibilidade analítica do objeto-urbano, portanto, não está apenas na ontologia como tal, em sua forma física e ampla, mas também no desafio de construir uma teorização do urbano por meio de um mundo de cidades diferentes e diferenciadas, bem como de uma multiplicidade de conexões, fluxos e processos ampliados de urbanização. Assim, em um mundo onde a urbanidade é reinventada e refeita em uma miríade de diferentes contextos, os espaços e formas da cidade que “pressionam” nossas interpretações serão diversos; diferenciados, por exemplo, pelas composições criativas daqui e de outros lugares, ou mediante as repetições sempre diferenciadas que são os resultados das realizações sociotécnicas de processos urbanos de longo alcance e seus retrabalhos imaginativos (Jacobs, 2006). Uma conceituação aberta e passível de revisão do urbano, disposta a trabalhar com, intrigar

e criar espaço para a diferenciação e diversidade da vida urbana é essencial. Como é o caso para os formuladores de políticas que consideramos aqui, nossas interpretações e intervenções nas cidades onde habitamos e com as quais trabalhamos, estudamos e aprendemos ocorrerão cada vez mais em um plano de análise global, diferenciado, mas interconectado.

4. CONCLUSÃO

As práticas do urbanismo comparativo podem aprender a partir do trabalho da mobilidade de políticas e chegar até elas. Espero que continuemos a investigar de onde vêm as diferentes conceituações do urbano (especialmente para (des)localizar ideias hegemônicas); também poderíamos estar atentos às maneiras pelas quais as ideias do urbano podem ser embaladas para uma melhor difusão (para ter impacto, definir agendas ou despertar o interesse — como com o conceito de cidades globais, por exemplo). Nisso, as vozes e percepções de inúmeros acadêmicos em muitos lugares diferentes — que trabalham arduamente para se envolver, criticar e localizar certas ideias proeminentes sendo difundidas — devem ser cuidadosamente atendidas, para inspirar a reflexão comparativa mais sustentada e a revisão teórica. O trabalho criativo e atuante de conceituação que é realizado em diversas cidades específicas indica um espaço de obrigações políticas — de inclusão, de respeitoso debate acadêmico e de regimes editoriais inclusivos (Parnell e Pieterse, 2016). Mas também sinaliza as possibilidades da imaginação comparativa. Algumas dessas possibilidades podem incluir: o envolvimento de um e de outro a fim de compor análises por meio de afinidades surpreendentes — às vezes à primeira vista risíveis —, como é o caso da ideia inicialmente assombrosa, mas agora considerada bastante sensata, de que se pode fazer uso de análises sobre informalidade e ingovernabilidade para pensar em contextos mais ricos — ver Le Galès (2011); Tuvikene, Neves Alves e Hilbrandt (2017); fazendo o trabalho muito duro de, imaginativamente, recompor e embasar termos de políticas dominantes em relação a histórias e momentos políticos específicos; ou permitir que um fermento de ideias não rastreáveis produza algo novo e ressonante. E há também, é claro, a condição acadêmica bem conhecida, de esquecer que você já ouviu uma ideia antes e pensar que ela é sua, o que coloca holofotes nos imprevisíveis processos de aprendizagem. A impossibilidade ontológica e geográfica do objeto urbano nos convida a trabalhar nesses e em muitos outros modos comparativos criativos ao longo das linhas de cidades que imaginamos — para trabalhar com suas espacialidades topográficas e topológicas — para estar sempre abertos a reformular nossas conceituações (depois da TAR) de como eles vieram a ser ou, seguindo Lefebvre, o que eles poderiam se tornar (Schmid, 2008). As torções das espacialidades topológicas evidenciadas por meio dessas perspectivas exteriorizadas nos levam a reconfigurar não apenas o significado de global ou local, mas também nos pedem para considerar mais uma vez as territorializações específicas do urbano, e rever as trajetórias e geografias da conceitualização. A forma em que somos levados, ou “atraídos”, por “fragmentos” do espaço urbano, como Colin McFarlane (2017) tão sugestivamente formula, direciona análises do urbano para além dos pontos de partida territorializados indicados pelos antigos roteiros — Toronto, Sofia, Oslo... — que abundam em nossos estudos, e conduz a novos territórios e casos de desenvolvimento expansivos ou aprofundados (Brenner e Schmid, 2015). Onde estão os pontos de partida para pensar o urbano? Não uma cidade, nem um centro, nem um subúrbio. Em vez disso, penso que, tanto metodológica quanto analiticamente, precisamos desconstruir o urbano para localizá-lo novamente.

REFERÊNCIAS

- AKRICH, Madeleine; RABEHARISOA, Vololona. Pulling oneself out of the traps of comparison: an auto-ethnography of a European project. In: DEVILLE, Joe; GUGGENHEIM, Michael; HRDLIČKOVÁ, Zuzana (Ed.). *Practising comparison: logics, relations, collaborations*. Manchester: Mattering Press, 2016. p. 130-165.
- ALLEN, John. Powerful geographies: spatial shifts in the architecture of globalization. In: CLEGG, Stewart; HAUGAARD, Mark (Ed.). *The Sage handbook of power*. Londres: Sage, 2008. p. 157-173.
- ALLEN, John. *Topologies of power: beyond territory and networks*. Londres: Routledge, 2016.
- ALLEN, John; COCHRANE, Allan. Beyond the territorial fix: regional assemblages, politics and power. *Regional Studies*, v. 41, n. 9, p. 1161-1175, 2007.
- ALLEN, John; COCHRANE, Allan. Beyond the territorial fix: regional assemblages, politics and power. *Regional Studies*, v. 41, n. 9, p. 1161-1175, 2007.
- BASSENS, David; DERUDDER, Ben; WITLOX, Frank. 'Gatekeepers' of Islamic financial circuits: analyzing urban geographies of the global Shari'a elite. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 24, n. 5-6, p. 337-355, 2012.
- BASSENS, David; VAN MEETEREN, Michiel. World cities under conditions of financialized globalization: towards an augmented world city hypothesis. *Progress in Human Geography*, v. 39, n. 6, p. 752-775, 2015.
- BEALL, Jo; CRANKSHAW, Owen; PARNELL, Susan. *Uniting a divided city: governance and social exclusion in Johannesburg*. Londres: Earthscan, 2002.
- BRENNER, Neil (Ed.). *Implosion/explosion: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2013.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BUCKLEY, Michelle; STRAUSS, Kendra. With, against and beyond Lefebvre: planetary urbanization and epistemic plurality. *Society and Space*, v. 34, n. 4, p. 617-636, 2016.
- BULKELEY, Harriet. Cities and the governing of climate change. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 35, p. 229-253, 2010.
- BUNNELL, Tim; DAS, Diganta. Urban pulse — a geography of serial seduction: urban policy transfer from Kuala Lumpur to Hyderabad. *Urban Geography*, v. 31, n. 3, p. 277-284, 2013.
- BURAWOY, Michael. *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Los Angeles: California University Press, 2014.
- CALDEIRA, Teresa P. R. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2016.
- CAMPBELL, Tim. *Beyond smart cities: how cities network, learn and innovate*. Londres: Routledge, 2012.
- CITIES ALLIANCE. *Guide to city development strategies: improving urban performance*. Washington: The Cities Alliance, 2006.
- COLLIER, Stephen J. Budgets and biopolitics. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Ed.). *Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 373-390.
- COLLIER, Stephen J. Topologies of power: Foucault's analysis of political government beyond 'governmentality'. *Theory, Culture, and Society*, v. 26, n. 6, p. 78-108, 2009.
- DELEUZE, Gilles. *Difference and repetition*. Nova York: Columbia University Press, 1994.
- DEVILLE, Joe; GUGGENHEIM, Michael; HRDLIČKOVÁ, Zuzana (Ed.). *Practising comparison: logics, relations, collaborations*. Manchester: Mattering Press, 2016.
- FAINSTEIN, Susan S. *The city-builders: property, politics and planning in London and New York*. Oxford: Blackwell, 1994.
- FAINSTEIN, Susan S. *The city builders: property development in New York and London, 1980-2000*. 2. ed. Lawrence: University Press of Kansas, 2001.
- FERGUSON, James. The uses of neoliberalism. *Antipode*, v. 41, n. s1, p. 166-184, 2010.

- GENTILE, Michael. Three metals and the “post-socialist city”: reclaiming the peripheries of urban knowledge. *International Journal of Urban and Regional Research*, p. 1-12, 2018.
- GONZÁLEZ, Sara. Bilbao and Barcelona ‘in motion’. How urban regeneration ‘models’ travel and mutate in the global flows of policy tourism. *Urban Studies*, v. 48, n. 7, p. 1397-1418, 2011.
- HALBERT, Ludovic; ROUANET, Hortense. Filtering risk away: global finance capital, transcalar territorial networks and the (un)making of city-regions: an analysis of business property development in Bangalore, India. *Regional Studies*, v. 48, n. 3, p. 471-484, 2014.
- HAMEL, Pierre; KEIL, Roger. *Suburban governance: a global view*. Londres: University of Toronto Press, 2016.
- HARRIS, Richard. Local indices of segregation with application to social segregation between London’s secondary schools, 2003-2008/9. *Environment and Planning A*, v. 44, n. 3, p. 669-687, 2012.
- HARRIS, Richard. Meaningful types in a world of suburbs. In: CLAPSON, Mark; HUTCHISON, Ray (Ed.). *Suburbanisation in a global society*. Bingley: Emerald Group publishing, 2010. p. 15-47. (Research in Urban Sociology, n. 10).
- HARRIS, Richard; VORMS, Charlotte (Ed.). *What’s in a name? Talking about urban peripheries*. Londres: University of Toronto Press, 2017.
- HARRISON, Philip. South-south relationships and the transfer of ‘best practice’: the case of Johannesburg, South Africa. *International Development Planning Review*, v. 37, n. 2, p. 205-223, 2015.
- HART, Gillian. *Disabling globalisation: places of power in post-apartheid South Africa*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- HART, Gillian. Relational comparison revisited: marxist postcolonial geographies in practice. *Progress in Human Geography*, p. 1-24, 2016.
- HEALEY, Patsy. *Urban complexity and spatial strategies: towards a relational planning for our times*. Londres: Routledge, 2007.
- HIRT, Sonia A. *Iron curtains: gates, suburbs and privatization of space in the post-socialist city*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- JACOBS, Jane M. A geography of big things. *Cultural Geographies*, v. 13, n. 1, p. 1-27, 2006.
- JACOBS, Jane M. Commentary: comparing comparative urbanisms. *Urban Geography*, v. 33, n. 6, p. 904-914, 2012.
- JACOBS, Jane M. Re-qualifying the city. In: MAGINN, Paul J.; THOMPSON, Susan M.; TONTS, Matthew (Ed.). *Qualitative urban analysis: an international perspective*. Oxford: Elsevier, 2008. p. 241-249. (Studies in Qualitative Methodologies, 9).
- JACOBS, Jane M.; CAIRNS, Stephen; STREBEL, Ignaz. ‘A tall storey... but, a fact just the same’: the red road high-rise as a black box. *Urban Studies*, v. 44, n. 3, p. 609-629, 2007.
- JAZEEL, Tariq. Singularity. A manifesto for incomparable geographies. In: RGS-IBG ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE, 2017, Londres. *Proceedings...* Londres: RGS-IBG, 2017.
- KEIL, Roger. *Suburban planet: making the world urban from the outside in*. Nova Jersey: Wiley, 2017.
- LAW, John. *Organizing modernity: social ordering and social theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LE GALÈS, Patrick. Urban governance in Europe: what is governed? In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (Ed.). *The new Blackwell companion to the city*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 747-758.
- LEES, Loretta. The geography of gentrification: thinking through comparative urbanism. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 2, p. 155-171, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 18, p. 55-77, 1955.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l’espace. *L’homme et la Société*, n. 31-32, p. 15-32, 1974.
- MARCUS, George E. ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.
- MASSEY, Doreen. *For space*. Londres: Sage, 2005.
- MBEMBE, Achille; NUTTALL, Sarah. Writing the world from an African Metropolis. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 347-372, 2004.

- MCCANN, Eugene. Collaborative visioning or urban planning as therapy? The politics of public-private urban policy making. *Professional Geographer*, v. 53, n. 2, p. 207-218, 2001.
- MCCANN, Eugene. Urban policy mobilities and global circuits of knowledge: toward a research agenda. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 101, n. 1, p. 107-130, 2011.
- MCCANN, Eugene; WARD, Kevin (Ed.). *Mobile urbanisms: cities and policymaking in the global age*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- MCFARLANE, Colin. Assemblage and critical urbanism. *City*, v. 15, n. 2, p. 204-224, 2011.
- MCFARLANE, Colin. Urban fragments: a subaltern studies imagination. In: JAZEEL, Tariq; LEGG, Stephen (Ed.). *Subaltern geographies*. Georgia: Georgia University Press, 2018.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.
- MITCHELL, J. Clyde. *Cities, society, and social perception: a Central African perspective*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- MONTE-MORE, R. L. What is the urban in the contemporary world? In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosion/explosion: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2013. p. 260-267.
- MURRAY, Martin J. *The urbanism of exception: the dynamics of global city building in the twenty-first century*. Michigan: University of Michigan, 2017.
- MYERS, Garth. From expected to unexpected comparisons: changing the flows of ideas about cities in a postcolonial urban world. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 35, n. 1, p. 104-118, 2014.
- OLDS, Kris. *Globalization and urban change: capital, labour and pacific rim mega-projects*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PARNELL, Susan; OLDFIELD, Sophie (Ed.). *The Routledge handbook for cities of the global South*. Londres: Routledge, 2014.
- PARNELL, Susan; PIETERSE, Edgar. *Africa's urban revolution*. Londres: Zed Books, 2014.
- PARNELL, Susan; PIETERSE, Edgar. Translational global praxis: rethinking methods and modes of African urban research. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 236-246, 2016.
- PARNELL, Susan; ROBINSON, Jennifer. (Re) theorising cities from the global south: looking beyond neoliberalism. *Urban Geography*, v. 33, n. 4, p. 593-617, 2012.
- PARNELL, Susan; ROBINSON, Jenny. Development and urban policy: Johannesburg's city development strategy. *Urban Studies*, v. 43, n. 2, p. 337-355, 2006.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. *Fast policy: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2015.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Follow the policy: a distended case approach. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 44, p. 21-30, 2012.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Recombinant workfare, across the Americas: transnationalizing "fast" social policy. *Geoforum*, v. 41, p. 195-208, 2010.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Neoliberal urbanism: models, moments, mutations. *Sais Review of International Affairs*, v. 29, n. 1, p. 49-66, 2009.
- PEYROUX, Elisabeth. Circulation des politiques urbaines et internationalization des villes: la stratégie des relations internationales de Johannesburg. *EchoGéo*, v. 36, 2016. Disponível em: <<http://echogeo.revues.org/14642>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- PIETERSE, Edgar. *City futures: confronting the crisis of urban development*. Londres: Zed Books, 2008.
- PINSON, Gilles. *Gouverner la ville par projet: urbanisme et gouvernance des villes européennes*. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.
- PORTODE OLIVEIRA, Osmany. *International policy diffusion and participatory budgeting*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.
- ROBINSON, Jennifer. 'Arriving at' urban policies: the topological spaces of urban policy mobility. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 4, p. 1468-2427, 2016c.

ROBINSON, Jennifer. "Arriving at" urban policies/ the urban: traces of elsewhere in making city futures. In: SÖDERSTRÖM, Ola et al. (Ed.). *Critical mobilities*. Nova York: Routledge, 2013.

ROBINSON, Jennifer. Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 1, p. 1-23, 2011a.

ROBINSON, Jennifer. Comparative urbanism: new geographies and cultures of theorizing the urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 219-227, 2016b.

ROBINSON, Jennifer. *Comparative urbanism: tactics for global urban studies*. Londres: Sage, no prelo.

ROBINSON, Jennifer. Developing ordinary cities: city visioning processes in Durban and Johannesburg. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 40, n. 1, 2008.

ROBINSON, J. New geographies of theorising the urban: putting comparison to work for global urban studies. In: PARNELL, Susan; OLDFIELD, Sophie (Ed.). *Handbook for cities of the Global South*. Londres: Routledge, 2014.

ROBINSON, Jennifer. *Ordinary cities: between modernity and development*. Londres: Routledge, 2006.

ROBINSON, Jennifer. The spaces of circulating knowledge: city strategies and global urban governmentality. In: MCCANN, Eugene; WARD, Kevin (Ed.). *Mobile urbanisms: cities and policymaking in the global age*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011b. p. 15-40.

ROBINSON, Jennifer. The travels of urban neoliberalism: taking stock of the internationalization of urban theory. *Urban Geography*, v. 32, p. 1087-1099, 2011c.

ROBINSON, Jennifer. Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. *Progress in Human Geography*, v. 40, n. 1, p. 3-29, 2016a.

ROY, Ananya. The 21st century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009.

SAUNIER, Pierre-Yves. Taking up the bet on connections: a municipal contribution. *Contemporary European History*, v. 2, n. 4, p. 507-527, 2002.

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic. In: GOONEWARDENA, Kanishka et al. (Ed.). *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. Nova York: Routledge, 2008. p. 27-45.

SCHMID, Christian et al. Towards new vocabularies of urbanization processes: a comparative approach. *Urban Studies*, v. 55, n. 1, p. 19-52, 2018.

SHATKIN, Gavin. *Cities for profit: the real estate turn in Asia's urban politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2017.

SHATKIN, Gavin. 'Fourth world' cities in the global economy: the case of Phnom Penh. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 22, n. 3, p. 378-393, 1998.

SILVERMAN, Melinda et al. *Review of Johannesburg's city strategy: summary of key innovations in existing city strategies and learning from their implementation*. Johannesburg: Central Strategy Unit, 2005.

SIMONE, Abdoumalik. Straddling the divides: remaking associational life in the informal African city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25, n. 1, p. 102-117, 2001.

SIMONE, Abdoumalik. The surfacing of urban life. *City*, v. 15, n. 3-4, p. 355-364, 2011.

SINATTI, Guilia. Home is where the heart abides: migration, return and housing in Dakar, Senegal. *Open House International*, v. 34, n. 3, p. 49-56, 2009.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

SÖDERSTRÖM, Ola. *Cities in relations: trajectories of urban development in Hanoi and Ougadougou*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

STEINMETZ, George. Odious comparisons: incommensurability, the case study, and "Small N's" in sociology. *Sociological Theory*, v. 22, n. 3, p. 371-400, 2004.

THEODORE, Nik. Closed borders, open markets: immigrant day laborers' struggle for economic rights. In: LEITNER, Helga; PECK, Jamie; SHEPPARD, Eric

(Ed.). *Contesting neoliberalism: urban frontiers*. Nova York: Guilford, 2007. p. 250-265.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1984.

TUVIKENE, Tauri. Strategies for comparative urbanism: post-socialism as a de-territorialized concept. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 132-146, 2016.

TUVIKENE, Tauri; NEVES ALVES, Susana; HILBRANDT, Hanna. Strategies for relating diverse cities: a multi-sited individualising comparison of informality in Bafatá, Berlin and Tallinn. *Current Sociology*, v. 65, n. 2, p. 276-288, 2017.

VAN HOREN, Basil. Informal settlement upgrading: bridging the gap between the de facto and the de jure. *Journal of Planning Education and Research*, v. 19, n. 4, p. 389-400, 2000.

WARD, Kevin. 'Policies in motion', urban management and state restructuring: the trans-local expansion of business improvement districts. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 54-75, 2006.

WARD, Kevin. Towards a relational comparative approach to the study of cities. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2010.

WATSON, Vanessa. The case for a southern perspective in planning theory. *International Journal of E-Planning Research*, v. 3, n. 1, p. 23-37, 2014.

WEBER, Rachel Nicole. *From boom to bubble: how finance built the New Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

WOOD, Astrid. Moving policy: global and local characters circulating bus rapid transit through South African cities. *Urban Geography*, v. 35, n. 8, p. 1238-1254, 2014.

Jennifer Robinson

Professora na University College London (UCL). E-mail: Jennifer.Robinson@ucl.ac.uk.